

O insolúvel "problema Barbalho" do Senado

ESTADO DE SÃO PAULO

18 ABR 2001

Por menos convincente que tenha sido o discurso do presidente do Senado, Jader Barbalho, tentando explicar a sua sociedade com o negociante José Osmar Borges, acusado de ter lesado a Sudam em mais de R\$ 130 milhões, parece não haver força humana capaz de remover o político paraense do posto para o qual 41 de seus pares o elegeram. Enquanto não surgir prova de seu envolvimento direto no crônico desvio de recursos da autarquia, ou indício veemente de corrupção que tenha praticado já como senador, será pouco mais do que uma quimera a hipótese de que ele perderá o cargo mais importante do mais importante Poder da República, o Legislativo federal.

Nem Barbalho admite licenciar-se da direção do Congresso, nem as oposições, o PFL, ou mesmo os seus adversários dentro do PMDB conseguirão que o Conselho de Ética do Senado proponha a suspensão, muito menos a cassação de seu mandato. Do mesmo modo, deve estar fadado ao fracasso o anunciado intento das esquerdas de ressuscitar a malograda tentativa de criar a eleitora CPI da Corrupção, agora com base nas peculiares transações do casal Barbalho com Osmar Borges, o fraudador-mor da Sudam.

O caso, exposto pela revista *Veja*, pode tornar mais vulnerável a posição de Barba-

lho em face do chamado "grupo ético" do PMDB, mas ao que tudo indica não bastará para mudar a decisão da bancada do partido no Senado de opôr-se à CPI petista. Tampouco tenderia a prosperar o eventual pedido de um inquérito parlamentar restrito à Sudam, pois os peemedebistas imediatamente reivindicariam outra, visando ao senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL, e a crise continuaria a mover-se em círculos.

Por sinal, como já se assinalou neste espaço, foco muito maior de corrupção do que a Sudam é a Sudene, pelo simples fato de serem também maiores os valores carreados para o Nordeste. Segundo o deputado cearense José Pimentel, vice-presidente da CPI sobre o Fundo de Investimento do Nordeste (Finor), cujos recursos a Sudene repassa aos empresários, o volume de dinheiro envolvido em 653 projetos afinal cancelados soma R\$ 1,4 bilhão, em números corrigidos até julho de 1994.

Trazido a valor presente, o montante supera o rombo de R\$ 1,7 bilhão, contabilizado até agora na Sudam. Isso, sem contar os eventuais desvios em 272 outros projetos da Sudene, que deveriam ter sido concluídos em 24 meses, mas se arrastam ao longo de 9 anos, em média, e que englobam R\$ 3,4 bilhões

de dinheiro público. Mais uma vez se comprova que a fraude é inerente ao sistema de incentivos fiscais.

Em relação à Sudam, a amplitude das investigações conduzidas pelo governo – acicatado pelo senador Antonio Carlos, justiça se lhe faça – torna supérflua uma CPI. O trabalho detetivesco dessas comissões se justifica quando se trata de descobrir malfeitos sobre os quais existem antes suspeitas do que provas. Ora, os ingredientes do caldeirão que o governo vem destampando, para usar a metáfora do porta-voz do Planalto, Georges Lamazière, estão à vista do público – são fatos e não suspeitas a serem investigadas.

O mesmo se aplica à trajetória do senador Barbalho, a respeito da qual nenhum parlamentar e nenhuma autoridade do governo – do atual e dos que o antecederam – podem alegar ignorância. O cerne do problema reside no triste fato de que em momento algum a sua carreira sofreu qualquer abalo por terem se tornado de conhecimento geral as evidências inofismáveis sobre a seqüência de irregularidades praticadas no Banpará quando ele governava o Estado, nos anos 80 e em outras áreas quando foi minis-

tro – colega de ACM – primeiro, da Reforma Agrária e, depois, da Previdência.

No seu discurso da tribuna do Senado, Barbalho se gabou de que as sindicâncias do Banco Central (BC) a respeito do Banpará o "excluíram nominalmente". Na realidade, conforme o relatório que o *Estado* publicou em 1996, o BC confirmou as fraudes e citou 16 vezes o nome de Jader Barbalho, mas o caso foi abafado. Agora, com a reabertura das investigações no âmbito do Ministério Público, determinada pelo procurador-geral da República, Geraldo

Brindeiro, talvez venha a ser possível levar o processo até o fim.

Antonio Carlos Magalhães – que paradoxalmente ajudou a eleger Barbalho presidente do Senado, ao tornar plausível o entendimento de que a sua oposição a ele decorria acima de tudo de uma rinha pessoal – está certo ao lastimar o descrédito da Casa em razão da folha corrida de seu novo presidente. O lamento, porém, é tardio. Outra fosse a tradicional atitude de complacência dos políticos em relação ao comportamento imoral de seus pares, o "problema Jader" provavelmente nem teria chegado a existir.

**O problema
nem existiria
se os políticos
brasileiros
fossem menos
complacentes**